

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O CONGRESSO MUNDIAL PELA PAZ a independência nacional e o desarmamento geral UM ÊXITO NA LUTA DOS POVOS PELA PAZ

Realizou-se de 10 a 15 de Julho de 1965 na cidade de Helsínquia, capital da Finlândia o grande Congresso Mundial pela Paz, a Independência Nacional e o Desarmamento Geral. O Congresso reuniu — em ambiente de fraterna animação, intenso trabalho, discussão cordial e por vezes cerrada, mas com acordo unânime nas resoluções finais — 1.470 participantes, representando organizações populares de 98 países de todos os continentes e 26 organizações internacionais.

Há que felicitar o Comité Preparatório, o Conselho Mundial da Paz, a delegação finlandesa, todos os participantes e movimentos da Paz pelo êxito importante que constituiu este Congresso. É difícil preparar, organizar material e politicamente, dirigir, enfim, um tão vasto conclave de cerca de 1.500 pessoas dos mais diversos países, organizações e ideologias, línguas e até com hábitos e trajos variados, podendo exprimir-se com toda a liberdade para tratar dos complexos problemas que afligem a Humanidade e sobretudo do problema decisivo da PAZ E DA INDEPENDÊNCIA ou da GUERRA TERMO-NUCLEAR. E contudo o Congresso superou as suas dificuldades, tendo alcançado um resultado final bastante positivo com a aprovação unânime das duas resoluções!

Houve pontos de vista diferentes, divergências, choques de ideias? Houve sim! E como evitá-los se os participantes tinham as mais diversas ideias

políticas e religiosas, vinham de diferentes organizações pacifistas, culturais, políticas, religiosas, e exprimiam diferentes condições nacionais de luta pela Paz — desde os povos que lutam pela sua independência com as armas na mão, aos povos dos países que constroem o socialismo ou o comunismo e aos povos dos países capitalistas altamente industrializados?

O Congresso foi livre, decorreu com espírito democrático e cada um pôde manifestar as suas opiniões. E porque independentemente das suas divergências, TODOS OS PARTICIPANTES APROVARAM AS DUAS RESOLUÇÕES FINAIS, podemos concluir com justeza que para além da multiplicidade das opiniões e mesmo da sua oposição, um ardente desejo comum, uma mesma vontade animava todos os delegados, como anima os povos do mundo sem excepção: garantir a INDEPENDÊNCIA NACIONAL DOS POVOS em luta contra o colonialismo, o neo-colonialismo e a exploração; acabar com a CORRIDA AOS ARMAMENTOS E AS BASES MILITARES ESTRANGEIRAS; destruir as ARMAS NUCLEARES; pôr fim à agressão do imperialismo americano no VIETNAM, na REPÚBLICA DOMINICANA, no CONGO e noutros países; resolver pacificamente os problemas internacionais em litígio, SALVAGUARDAR A PAZ!

Conjugar para a acção comum

O objectivo e conteúdo do Congresso não era discutir ou decidir sobre divergências ideológicas — mesmo se elas ali apareceram como era inevitável — mas sim o de CONJUGAR PARA A ACÇÃO COMUM em prol da Paz os esforços das pessoas e organizações, independentemente de quaisquer divergências. E este objectivo foi bem alcançado, graças à colaboração de todos os participantes. Nunca é demais sublinhar tal facto quando certas agências de imprensa se empenharam em aproveitar alguns incidentes para exagerar, deturpar e falsificar a boa marcha dos trabalhos e o con-

túdo dos mesmos. À deturpação tendenciosa de agências de imprensa ocidentais, veio juntar-se, no caso português — como de costume — a falsificação grosseira dos escritos vendidos da ANI (Agência Nacional de Invenção?) «imaginando» e inventando sem vergonha, no seu cubículo de Lisboa, «cenas», «incidentes» e «frases» que nunca existiram. Como por acaso, as mesmas agências «esqueceram-se» de sublinhar a unanimidade final do Congresso, que trabalhou seriamente e chegou a resultados positivos porque, como diz a segunda resolução final:



«se reuniu num momento em que é muito grave a situação no Mundo. Os dirigentes políticos e militares dos Estados Unidos empenharam-se numa política de agressão armada e de aventuras militares, como o demonstram claramente os casos do Vietnam, da República Dominicana e do Congo. Estas agressões armadas e estas aventuras militares representam um grave atentado às aspirações dos povos à distensão internacional e à coexistência pacífica».

O problema do Vietnam

Como diz a primeira resolução final do Congresso — aprovada por quase-unanimidade, menos um voto contra e 6 abstenções de delegados AMERICANOS, todo o resto da delegação americana em número de cerca de 90 pessoas votando a favor — o problema do Vietnam foi o «problema central do Congresso»:

«Expressando o sentimento comum de milhões de pessoas na Terra, o Congresso está profundamente comovido pela guerra provocada pela política de agressão armada dos imperialistas norte-americanos violando os Acordos de Genebra de 1954 e que se intensifica dia após dia com a participação directa e crescente das forças armadas e até da aviação estratégica norte-americana... «... alargando a guerra de uma maneira extremamente perigosa para além da fronteira do Vietnam do Sul, empreendendo ataques e provocações contra a República Democrática do Vietnam, um país soberano e independente...», «... causando cada dia no Vietnam do Sul inúmeras ruínas e luto, não só com armas ordinárias mas também com bombas de Napalm, produtos químicos e até com gases tóxicos...» «... crimes... repetidos deliberadamente... no Vietnam do Norte de dia e de noite, contra aldeias pacíficas, sem poupar hospitais, escolas, mercados, monumentos religiosos...», diz ainda a primeira resolução: «Estes factos demonstram por si próprios que as discursatas do Presidente dos Estados Unidos, L. B. Johnson, sobre a «paz» e os seus apelos a «negociações sem condições» não são mais do que alegações pífidas tendentes a camuflar a política dos imperialistas americanos para continuar e alastrar a guerra de agressão». Depois de exprimir o seu profundo agradecimento perante os imensos sacrifícios que tem sofrido o heróico povo do Vietnam na sua justa luta pela sua independência e unidade, o Congresso exige: «o fim imediato da agressão dos Estados Unidos no Vietnam do Sul, a retirada imediata das tropas norte-americanas, a supressão imediata das bases norte-americanas no Vietnam do Sul, o fim imediato dos bombardeamentos e outros actos de agressão

Foram alvo de atenção, respeito e carinho de todos os congressistas, e muito justamente, os representantes do heróico povo do Vietnam — da República Democrática do Vietnam e dos combatentes da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul — que com abnegação extrema e desprezo da própria vida estão conquistando duramente a sua Independência, vitória após vitória, contra um inimigo mil vezes superior em armas, o imperialismo americano!

contra a República Democrática do Vietnam». E o Congresso declara: «a Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul é o único representante autêntico e legal do povo do Vietnam do Sul; o povo do Vietnam do Sul deve ser deixado livre para resolver ele próprio os seus problemas sem nenhuma intervenção estrangeira. A reunificação pacífica do Vietnam é problema da população das duas zonas do Vietnam sem qualquer intervenção estrangeira». A resolução termina exortando «com insistência as forças da Paz e as organizações democráticas do mundo inteiro a desencadear um movimento amplo, potente e contínuo em todas as camadas sociais para apoiar por todas as formas e em todos os aspectos o povo vietnamita na sua justa luta».

Estando presentes no Congresso 98 países, era praticamente impossível dar a palavra a representantes de todos os países em sessão plenária, pois não restaria aos congressistas o tempo necessário para discutir e trabalhar nas Comissões. Por isso nenhuma delegação nacional deveria como tal ter a palavra em sessão plenária. Atendendo, porém à insistência de algumas delegações nacionais, e num espírito de democracia e de unidade, o Congresso resolveu abrir algumas excepções e dar a palavra, numa sessão plenária extraordinária a algumas delegações. Assim, falaram os delegados da Espanha, do povo moçambicano representando todos os povos das colónias portuguesas em luta contra o colonialismo de Salazar, da República Popular da China, da Coreia, da Albânia, da Checoslováquia e de Cuba, em nome de toda a América Latina. Divididos por 7 Comissões de trabalho, centenas de delegados puderam deste modo intervir na discussão e o estudo dos problemas foi mais profundo e concreto.

Na segunda resolução final, o Congresso conclui afirmando: «A unidade é a força dos povos na sua acção para salvaguardar a paz. Perante a determinação dos povos e a sua frente comum de luta, as forças da opressão e da guerra não passarão.»

A participação portuguesa no Congresso

Se as liberdades democráticas existissem em Portugal, o nosso povo poderia ter estado representado em tão importante Congresso por uma nu-

merosa delegação de partidários da Paz eleitos nas fábricas, nos campos e nas escolas, nos sindicatos livres e partidos e nas colectividades culturais, tal

como sucedeu com todos os países onde são vigentes as liberdades democráticas. Mas apesar das dificuldades criadas pelo fascismo, foi possível a participação activa de uma delegação de democratas portugueses, defensores da Paz e da Independência Nacional, que falaram no Congresso em nome «de um povo submetido há quase 40 anos a uma política obscurantista de isolamento sistemático de todas as correntes pacíficas e progressistas do mundo», «em nome da luta dos melhores de entre nós, aqueles que, em Portugal — sob o terror fascista, apesar desse terror e contra ele — levantam bem alta a bandeira da liberdade, do pão e da paz, da Independência nacional, e do desarmamento geral».

Exprimindo o espírito de unidade que anima o nosso povo na luta pela Liberdade, a delegação portuguesa trabalhou em três comissões do Congresso, as que tinham relação mais directa com os problemas da luta pela Paz no nosso País: na comissão nº 2, que tratou da libertação dos povos submetidos ao domínio colonial; na comissão nº 3, relativa à luta pelo desarmamento e contra as bases estrangeiras; e na comissão nº 5, que tratou da soberania económica das nações. Numa destas intervenções, que foi copio-grafada e distribuída entre os congressistas, pode ler-se:

«Não só a classe operária — esta aliás desde há muito tempo — mas outras forças sociais e políticas têm tomado uma posição declarada de hostilidade à guerra e ao regime colonial... a Frente Patriótica de Libertação Nacional, de Portugal, declarava desde a sua primeira Conferência o reconhecimento do direito dos povos coloniais à auto-determinação e à independência e afirmava que o povo português e os povos das colónias portuguesas são solidários e aliados na luta contra o fascismo e o colonialismo... Portugal é não só um país colonialista, mas colonizado... dois terços do capital investido são capital estrangeiro ou ligado a este... Eis como e porquê Portugal, pequeno país atrasado, pode dar-se ao luxo criminoso de ter ainda um «império» e de continuar a todo o custo guerras para conservar um tal anacronismo. As colónias portuguesas em África servem fundamentalmente de biombo a

outros interesses e apetites imperialistas mais poderosos — ingleses, americanos, alemães-ocidentais... hoje, quanto mais tempo durar a guerra colonial, mais aumentará a dependência do nosso país quanto ao imperialismo e à finança estrangeiros... Nas condições específicas actuais do nosso país, a contribuição principal do povo português para a Paz, o desarmamento e a coexistência pacífica será a destruição do Estado fascista pela insurreição popular armada, a conquista das liberdades democráticas, a instauração de um governo que faça a paz imediata com os povos das colónias sobre a base do seu direito à independência... Pode-se então perguntar: Há alguma contradição entre esta luta revolucionária e o desejo de Paz do nosso povo e de todos os povos, o movimento geral no mundo pela coexistência pacífica e o desarmamento? Não! Nós dizemos que não há contradição. O caso português é disso um exemplo vivo, real, actual... A coexistência pacífica entre Estados independentes tendo regimes sociais diferentes, correctamente interpretada e aplicada, só pode ser favorável ao desenvolvimento e à vitória da luta popular no nosso país, e em todos os países. O fascismo e o colonialismo vivem da guerra quente e fria».

No meio de um Congresso tão vasto e com tantos e tão importantes problemas a tratar, ao caso português foi dada uma projecção relevante e o colonialismo fascista português foi mais do que uma vez denunciado nos documentos do Congresso. Portugal foi incluído num dos primeiros lugares dos países em que os presos políticos sofrem por lutar pela Paz, pela Democracia e Independência Nacional.

No Congresso foi ainda eleito um novo Conselho Mundial da Paz, composto por cerca de 500 individualidades dos países de todo o mundo, compreendendo os maiores nomes da cultura, da ciência, da arte, da vida política e religiosa, do movimento operário e sindical, etc., etc. Portugal também está representado neste novo Conselho Mundial da Paz, por dois nomes de projecção na vida intelectual e no campo da democracia em Portugal, representativos das aspirações do povo português à Paz e Independência Nacional.

(DO PROJECTO DE PROGRAMA DO P.C. PORTUGUÊS)

«A política externa do governo fascista é a política da subserviência ante as grandes potências imperialistas e de alinhamento com a política de guerra dos seus círculos mais reacçãoários e fascistas a começar pelo de Franco; do ódio e apelo à agressão contra o campo socialista e contra os países que se libertaram ou lutam para se libertar do domínio colonial; da intriga e ajuda aos fascistas que não estão no poder nas conspirações

contra os governos dos países respectivos e aos laçaios do imperialismo para tentarem tomar conta do poder nos países que se libertaram do domínio deste.

Esta política externa de subserviência nacional, de guerra, de intriga e de aventura, contrária aos interesses dos outros povos e da paz mundial, é também contrária aos interesses vitais do povo e da nação portuguesa.»



A LUTA CONTRA AS GUERRAS COLONIAIS

É PARTE INTEGRANTE DA NOSSA LUTA PELA DEMOCRACIA

E DA LUTA GERAL DOS POVOS PELA PAZ MUNDIAL

Mais de 4 anos de guerra em Angola, mais de 2 anos de guerra na Guiné, a caminho de um ano de guerra em Moçambique — eis o trágico balanço da política colonial salazarista, com o seu cortejo de muitos milhares de portugueses e africanos mortos ou estropeados ou exilados.

«Terminada» por Salazar há quase 3 anos, a guerra em Angola ganhou formas diferentes e é hoje por parte dos angolanos uma heróica luta de guerrilhas cada vez melhor aparelhada com armamento moderno, e por parte dos colonialistas portugueses uma suja guerra da surtidia e de razias em que regularmente perdem a vida dezenas de soldados portugueses em «acidentes de viação» ou em «acidentes com armas de fogo» ou ainda (também há disso, em imagine-se!) em combate. Estas explicações dos comunicados dos serviços das forças armadas (até admira chamarem-lhes assim em vez de comunicados dos serviços de trânsito ultramarino!) em que a maior parte das perdas são resultado de acidentes de viação têm uma explicação bem simples. Um camião do exército português sai de Luanda com um chaffeur e mais 6 soldados, por exemplo; interna-se na floresta a caminho duma outra povoação e numa curva, à beira dum precipício, um patriota angolano bem situado, atira sobre o chaffeur; o camião perde a direcção, cai no abismo, e sete militares encontram a morte. O comunicado anunciará então ao povo português: 1 militar morto num acidente com arma de fogo — trata-se do chaffeur, alvo da arma de fogo do patriota africano —, e 6 soldados mortos num acidente de viação!!

Enfim, Salazar pôde mudar o nome de colónias por províncias ultramarinas, a expressão mortos em combate por mortos em acidentes, etc., o que não pôde foi terminar com a guerra, pois recusando a independência ao povo angolano, por cada africano morto encontra vários outros dispostos a morrer para que a sua pátria viva e conquiste a independência e a felicidade dos seus filhos.

Na Guiné também prosseguem as operações «de limpeza», nome que pretende encobrir uma guerra cada vez mais sangrenta, com as tropas portuguesas cercadas em Bissau e nos principais fortes e quartéis, alimentados por lançamentos de helicóptero, dizimadas em cada combate a que os obrigam as forças patrióticas guineenses. Todas as chamadas «ofensivas» portuguesas apesar do napalm e dos gases lançados nos emplos territórios já libertados pelos

patriotas, têm terminado em enormes fracassos com perdas de muitos soldados, de território e de moral na tropa. Tal como em Angola, está demonstrado que não será a aviação portuguesa nem a sua miserável guerra bacteriológica que salvarão a derrota dos fascistas portugueses frente à corajosa luta dos patriotas guineenses dirigidos pelo PAIG.

Em Moçambique, apesar de ainda recente, já a guerra matou muitos soldados e oficiais portugueses. O dirigente destes, profeticamente saído duma família que dá pelo nome de Carrasco pôde proclamar ao despedir-se dos soldados que foi Deus quem lhe deu tamanha honra de os comandar contra os moçambicanos em luta pela independência, mas o que não pôde explicar foram as derrotas militares sofridas no norte da colónia, as perdas registadas, progresso duma guerra em que a superioridade dos portugueses em homens e material terrestre e aéreo nada vale face ao heroísmo dos patriotas de Moçambique. Será que Deus só deu ao Carrasco a «honra» de perder batalhas e deu aos patriotas a vitória e a glória?

Angola, Guiné, Moçambique: milhares de mortos de um lado e outro, terras queimadas, populações secularmente famintas expulsas das suas cabanas das suas terras, procurando refúgio em territórios vizinhos a quem depois pedem auxílio para poderem vingar os seus mortos, a sua miséria, a sua pátria escravizada! Para quando S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau e Timor, agravando ainda mais o esbanjamento de vida e de bens preciosos para o progresso de Portugal!

O que custam as guerras coloniais

Garantindo pela guerra e pelo crime em África, os superlucros dos colonialistas portugueses e dos imperialistas americanos, ingleses, alemães, japoneses, etc., Salazar tem garantido em contrapartida um auxílio enorme à sua continuidade no poder. Esta continuidade de Salazar e dos superlucros dos imperialistas custa ao povo português inúmeras vidas, a ruína económica da nação, a cedência de vastos territórios e de bases, de matérias-primas e de braços, numa palavra, a cedência da própria independência nacional.

Custa ainda ao povo português um agravamento constante do custo de vida, impostos, taxas e contribuições que se multiplicam e são cada vez mais pesadas, preços de géneros que sobem assustadoramente, rendas de casas insustentáveis, assistência hospitalar mais cara, instrução mais dificultada

por falta de escolas, de professores e de verbas, uma miséria que abrange camadas populacionais mais vastas e que caminha a par dum reduzido número que exhibe cada vez maior luxo (apesar de Salazar lhes ter aconselhado publicamente a disfarçá-lo), maiores fortunas e maior... miséria moral!

Custa mais ainda ao povo português uma repressão que cresce de intensidade, de selvajaria, de crimes contra os comunistas — que foram os primeiros em Portugal a se levantar contra a política colonial e a anunciar com anos de antecedência a situação angustiante dela proveniente em que vive actualmente o povo português, contra a classe operária que é a que mais sofre com as guerras e a que mais a tem combatido, contra os inúmeros desertores do exército português — uma repressão

que cai ferozmente sobre todos os que por qualquer forma se levantam contra as guerras coloniais e as suas terríveis consequências, se erguem contra o regime fascista que as origina e contra o imperialismo americano que o defende e o auxilia na guerra.

As guerras coloniais estão ainda de alguma forma comprometendo o futuro das relações amigáveis entre o povo português e os povos das colónias embora por toda a parte onde democratas

portugueses partidários da paz se têm encontrado com os patriotas africanos — no Congresso Mundial da Paz, no Forum Mundial da Juventude, no Congresso Mundial das Mulheres, no Congresso Sindical Mundial, etc. — acconfraternização tenha sido evidente e vários comunicados tenham sido assinados por ambas as partes salientando a solidariedade de combate contra o inimigo comum e a necessidade de pôr urgentemente fim à guerra colonial e de desenvolver as relações de paz e amizade entre os respectivos povos.

Acções mais audazes contra a guerra

No interesse do povo português há que pôr termo à guerra. No interesse dos povos das colónias portuguesas há que terminar com a guerra! Os povos coloniais baitem-se já de armas na mão. O povo português flagela igualmente o inimigo salazarista recusando-se a bater-se contra os povos das colónias; lutando nos quartéis, nos cais de embarque, nos navios que os levam a África; unindo-se politicamente contra o regime fascista na Frente Patriótica de Libertação Nacional que definiu a sua posição anti-colonialista desde a sua fundação; manifestando-se nas ruas de Lisboa, Porto, Almeida, Coimbra, Alpiarça, etc., contra o regime colonial; gritando nas ruas de Belém « Assassinos! Queremos Paz! Abaixo Salazar! ».

As massas populares em luta contra a guerra levaram já vários agrupamentos políticos e personalidades destacadas do mundo da arte, da ciência e da política a declararem-se contra a guerra colonial, juntando-se assim ao Partido Comunista Português, anti-colonialista desde sempre e por princípio, na teoria e na prática.

Mas muito mais há a fazer. As manifestações de rua têm de ser multiplicadas e realizadas por todo o País; as massas podem ajudar os soldados nas estações de caminho de ferro e nos cais de embarque a deserter; podem impedir pacificamente a marcha dos combóios e dos navios que levam os soldados; podem exigir mais firmemente, mais audaciosamente e mais permanentemente junto das autoridades fascistas a Paz nas colónias. Os vários agrupamentos políticos anti-colonialistas têm de se unir e promover conjuntamente acções contra as guerras coloniais. A luta anti-fascista em geral tem de se intensificar, pois a guerra colonial não é senão um aspecto — embora dos principais — das consequências trágicas sobre o povo português dum regime ditatorial fascista que os imperialismos americano, inglês e alemão sustentam: a luta anti-fascista ajuda enormemente a luta anti-colonial.

Avizinha-se um dos chamados « períodos eleitorais ». A « liberdade condicionada » que o povo português forçou o salazarismo a lhe ceder pode ser alargada se as forças da Oposição souberem unir-se, ligar-se às massas e travarem uma batalha consequente contra o fascismo. As massas poderão e deverão vir à rua, encher Portugal de lés a lés do seu clamor de democracia e de paz. Pensamos que no período eleitoral todos os problemas do nosso povo e da nossa Pátria devem ser debatidos e esclarecidos perante as massas, mas de entre todos, o problema colonial, o fim das guerras, o regresso dos soldados e a independência das colónias devem ocupar um dos lugares de destaque da luta da Oposição democrática.

Os membros do Partido, activos combatentes da paz, iniciadores em Portugal da luta contra a guerra colonial, consequentes e firmes democratas, serão fiéis à linha do Partido e saberão estar à cabeça das massas como no seio das comissões « eleitorais » a promover acções anti-colonialistas, a desencadear manifestações pela paz nas colónias, a aproveitar todas as ocasiões de levar a luta anti-colonial para uma fase de luta mais permanente, activa e vitoriosa.

O GOLPE DE ABRIL NO SUL E ALGUMAS CONCLUSÕES

O nosso Partido sofreu, no mês de Abril, no Sul, mais um duro golpe policial com a prisão do camarada Domingos Abrantes, o assalto à sua instalação, o assalto à tipografia e a prisão dos dois camaradas tipógrafos. Este golpe, apenas a um ano de outro no sector, no qual foram presos vários elementos clandestinos (não falemos de dezenas de legais) impõe, não só à Direcção como aos pró-

prios camaradas responsáveis do sector, um estudo cuidadoso das CAUSAS PRINCIPAIS que permitiram a ofensiva da polícia. Estudá-las não com espírito de rotina, mas procurar penetrar na origem dos erros e deficiências e sacar as justas conclusões para vencer as debilidades e melhorar a defesa do Partido.

O que nos mostra o golpe do Sul

O golpe do Sul mostra-nos mais uma vez onde residem as debilidades da defesa.

1 — Uma das debilidades do trabalho conspirativo reside no LIBERALISMO, que em matéria conspirativa se manifesta na subestimação da natu-

reza do regime fascista, na subestimação do papel dirigente do Partido, na experiência e capacidade da polícia, no desrespeito pelas regras conspirativas, na indisciplina; que se manifesta na falta de vigilância revolucionária e na

falta de controle. O liberalismo, cuja raiz política oportunista se filia na concepção ideológica pequeno-burguesa, que se faz sentir na actividade de muitos quadros constitui um dos grandes males da defesa do Partido. Extirpá-lo é uma das condições indispensáveis para melhorar a defesa.

- 2— Outra debilidade do trabalho conspirativo reside na **FALTA DE CONTROLE E DE FIRMEZA POLITICA EM CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS REGRAS CONSPIRATIVAS, AS RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES ESTABELECIDAS.** O camarada Álvaro Cunhal diz justamente no Relatório «Rumo à Vitória». «... se no trabalho partidário e particularmente na defesa se tivesse seguido a orientação traçada e se se tivessem cumprido sempre nos diversos domínios da nossa actividade as resoluções do Partido, o inimigo teria apenas atingido 20% dos camaradas que prendeu...». Esta conclusão demonstra que não basta falar em geral na defesa, em escrever artigos, em tomar resoluções. É PRECISO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES TRAÇADAS!
- 3— Outra debilidade reside nos **MÉTODOS PRIMITIVOS, NOS NOSSOS MÉTODOS ARTESANAIS DO TRABALHO CONSPIRATIVO.** É necessário que todo o militante comunista saiba compreender que o inimigo dispõe hoje de uma maior experiência; conhece muitos aspectos do trabalho conspirativo, de direcção e de organização do Partido; conhece muitos quadros funcionários e outros; conta com recursos técnicos e financeiros poderosos, conta com maiores efectivos; tem uma larga rede de «bufos» ao seu serviço; a GNR, PSP, PJ estão sob a sua orientação. A defesa exige que se eliminem os processos primitivos, caducos, conhecidos e reconhecidos da polícia. É preciso ter habilidade e iniciativa revolucionária para encontrar novos processos de trabalho que elevem a defesa do Partido.
- 4— Outra debilidade ainda reside em **NÃO SABER, EM MUITOS CASOS, APLICAR NA PRÁTICA, EM CADA**

CASO CONCRETO, A ORIENTAÇÃO DO PARTIDO. Não basta conhecer os métodos do trabalho conspirativo em linhas gerais. Nas condições em que se trava a nossa luta contra o fascismo, nas condições da clandestinidade o trabalho conspirativo constitui uma ciência que é necessário estudar e saber dominar nos diversos domínios da nossa actividade. Na realização das nossas tarefas é preciso conhecer a situação conspirativa de cada sector, de cada organização, de cada quadro; é preciso encontrar as medidas mais acertadas para assegurarem a defesa e a continuidade do trabalho do Partido.

- 5— Outras debilidades do trabalho conspirativo residem na **FALTA DE TRABALHO COLECTIVO, NA FALTA DE ESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES, NA DESCOMPARTIMENTAÇÃO, NO DEFICIENTE TRABALHO DE DIRECÇÃO NOS ORGANISMOS INTERMEDIOS E OUTROS ORGANISMOS SUPERIORES, NO MAU CONHECIMENTO E SELECÇÃO DOS QUADROS E NA FALTA DE CRÍTICA E AUTO-CRÍTICA DENTRO DO PARTIDO.**
 - 6— Outra debilidade ainda reside no **BAIXO NÍVEL IDEOLÓGICO, NA FRACA PREPARAÇÃO POLITICA DE MUITOS QUADROS.** Verifica-se nos quadros, nos próprios funcionários, concepções infantis, profundamente ingénuas em relação à defesa. A forma primitiva e simplista como actuam constitui sérios perigos para a sua defesa e portanto para o trabalho do Partido.
- Eis onde residem as debilidades principais do trabalho conspirativo. Vencer estas debilidades é uma tarefa inadiável e central de todo o Partido como condição fundamental para elevar a um nível superior a defesa. Se não formos capazes de vencer prontamente as debilidades e deficiências do trabalho conspirativo, sofreremos, sem dúvida, a curto prazo, novos golpes que prejudicarão seriamente o trabalho político e orgânico do Partido. Hoje, em face da maior experiência e capacidade do inimigo, em face dos erros e métodos primitivos de trabalho, os golpes policiais pagam-se com maiores sacrificios.

O remédio para curar o mal está nas nossas mãos

A defesa do Partido é uma tarefa primordial, constante, de cada militante comunista. Ela deve ser encarada à luz da situação política em que vivemos. No poder está uma ditadura terrorista da grande burguesia reaccionária; o inimigo que queremos destruir é o poder dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos grandes agrários, é um Estado fascista ainda forte, centralizado e dispõe de um forte aparelho repressivo, voltado principalmente contra o Partido; no nosso país não existe qualquer imagem de liberdade. O nosso Partido, os seus militantes mais destacados são brutalmente perseguidos, presos, torturados, assassinados.

O país suporta uma guerra colonial e com o agravamento dessa guerra, com o agravamento das contradições e da crise do regime, com o desenvolvimento da luta das massas trabalhadoras e das res-

tantes forças anti-fascistas, com a agudização da situação política internacional (na qual se acentua, hoje, uma maior agressividade das forças reaccionárias do imperialismo), mais se fará sentir a ofensiva brutal e desesperada do fascismo contra o Partido. É necessário o Partido tomar a dianteira e armar-se para se defender de investidas mais violentas do inimigo.

O remédio para eliminar os erros, as deficiências e fraquezas do trabalho conspirativo está nas mãos dos militantes do Partido. Para isso é necessário:

- 1) Ter uma compreensão política correcta, uma compreensão marxista-leninista do papel organizador e dirigente do Partido na luta revolucionária do nosso povo. Sem a existência de um Partido Comunista forte, ligado às massas; sem a existência de um forte núcleo de diri-

gentes experimentados, provados e capacitados em liberdade, o nosso Partido encontrará maiores dificuldades para cumprir a sua missão dirigente, para conduzir com êxito a luta pela insurreição armada, a luta pela revolução democrática e nacional. É necessário ter uma compreensão política correcta da natureza do regime fascista, do poder dos monopólios, dos grandes agrários e do domínio do imperialismo estrangeiro no nosso país. O inimigo compreende o perigo que representa para a vida do fascismo a existência de um Partido Comunista forte, enraizado nas amplas massas populares. Por isso, não poupa esforços para enfraquecer o Partido, prender os seus militantes mais destacados, isolá-lo das massas e das restantes forças democráticas.

- 2) É necessário travar uma luta implacável para extirpar pela raiz o liberalismo, desenvolver uma batalha intransigente contra a indisciplina, a tendência anarco-liberal, contra o espírito de ligeireza, aventureirismo, o «não te ales», o «não há azar» contra a tendência de ver as coisas pelo lado simplista, mais fácil e mais cómodo, contra a inconfidência e descompartimentação.
- 3) É necessário eliminar os processos primitivos e caducos de trabalho em matéria conspi-

rativa. É preciso desenvolver a iniciativa criadora em cada organismo e em cada quadro e vencer o rotineirismo. A defesa do Partido exige que se estude dia a dia a situação conspirativa concreta de cada sector; cada organização e cada quadro e para cada caso concreto se saiba aplicar correctamente a orientação do Partido. Para cada tarefa que um militante vá realizar, deve estudar primeiro as medidas aconselháveis que assegurem a defesa do trabalho do Partido. O descobrir novos processos de trabalho, cumpri-los e defendê-los exige grandes esforços, sacrifícios e vontade férrea dos militantes.

- 4) É necessário para melhorar o trabalho conspirativo reforçar o trabalho colectivo, a estruturação das organizações; reforçar o controle de execução, a compartimentação, o secretismo; melhorar o conhecimento dos quadros e a sua selecção; é necessário elevar o nível ideológico e político dos quadros através do estudo vivo dos nossos materiais, da experiência do trabalho prático quotidiano da nossa luta e através do estudo vivo do marxismo-leninismo. É nesta direcção que as nossas organizações e os nossos militantes devem trabalhar com energia para elevar a um nível superior a defesa do Partido.

A organização das JAPS de Mulheres e o seu papel na greve de 5 de Outubro de 1961 em Alpiarça

Em Outubro, Novembro e Dezembro de 1961 desenvolveram-se, em Alpiarça, grandes acções de massas: no 5 de Outubro, a primeira greve geral, logo a seguir, no período eleitoral, grandes manifestações de rua e greves, em resposta às sucessivas vagas de prisões. Assumiram então um papel destacado as JAPS, anteriormente organizadas, nomeadamente de mulheres. Eis um relato simples e resumido dos aspectos fundamentais desse trabalho de organização e de mobilização de massas; dele se podem e devem extrair preciosos ensinamentos para a nossa actividade prática.

«Em Maio de 1961, constituímos uma junta de âmbito local; devia coordenar o trabalho de todas as juntas que viessemos a formar e orientá-las. Compunham-na 4 elementos, mas praticamente só três é que tinham actividade. Cada membro da junta tinha a sua tarefa definida: constituir juntas no meio onde vivia; dois ficaram com os trabalhadores do campo (um para homens, outro para mulheres); outros dois para operários, empregados, comerciantes, etc.

A organização de juntas de Mulheres

Foi entre assalariados agrícolas (a maioria da população) que mais juntas se constituíram. Em especial entre as mulheres, surgiu um entusiasmo como até então não se vira: em Outubro, funcio-

navam já 13 juntas (de 4 e 5 membros), organizando mais de meia centena de mulheres, a maioria trabalhadoras agrícolas, mas também algumas donas de casa e vendedeiras do mercado. Existiam então condições particularmente propícias para o nosso trabalho: por um lado, um número muito elevado de prisões e de condenações de conterrâneos provocava um estado de indignação muito grande; além disso, o início da guerra colonial motivava o embarque, talvez para a morte, de muitos jovens da nossa terra.

Como trabalhámos para organizar juntas de mulheres? Constituiu-se um organismo só de mulheres com 6 elementos que reunia quase todos os 8 dias. A tarefa fundamental era, neste período, recrutar elementos para as juntas. Fez-se um apelo geral de quais os ranchos onde trabalhava maior número de mulheres e estabeleceu-se onde iriam actuar os seis membros, ficando cada um dos seis elementos responsáveis por um ou dois ranchos. Em pouco tempo havia juntas formadas não só nos maiores ranchos como nalguns outros mais pequenos.

Em Agosto e Setembro, no período em que laboram as duas fábricas de passa (cerca de 300 operárias), constituíram-se juntas, nelas englobando sobretudo jovens assalariadas, entre elas a nossa querida camarada Maria Albertina.



A preparação da greve no 5 de Outubro

O 5 de Outubro aparecia como, digamos assim, a abertura da campanha eleitoral para deputados e, portanto, dentro dum ambiente e com uma importância especiais. Surgiu então a ideia de ninguém trabalhar nesse dia.

A questão foi levantada e discutida em todas as juntas. Como sempre, havia optimistas e pessimistas. Uns elementos afirmaram que a maioria das mulheres das fábricas de passa não iria à greve, naquela altura, porque, diziam, o trabalho estava a terminar, e que depois os mesmos patrões não lhes dariam trabalho nos campos, mandariam vir ranchos de fora. Mas a verdade é que vieram mesmo à greve.

A greve começou a preparar-se quase a brincar. Com alguma antecendência, as juntas de cada rancho começaram a «levantar a lebre» da seguinte maneira: no rancho do António Duarte, por exemplo, dizia-se que o rancho do Lico pensava não trabalhar no 5 de Outubro. E assim a ideia de greve correu de rancho em rancho, crescendo o número de adesões, criando entusiasmo, etc.

Nas fábricas de passa da uva é que a greve ainda não estava assegurada; pelos motivos já referidos, mas também porque nelas trabalha grande quantidade de mulheres e raparigas que não são assalariadas agrícolas, mas filhas e mulheres de pequenos proprietários, o que torna aqui sempre mais difícil uma acção política ou económica.

Entretanto aproximava-se o dia 5 de Outubro. Começou a constar com certa firmeza que na fábrica do António Duarte não se trabalharia. Contava-se aqui com um maior número de mulheres organizadas, pelo que se formou uma delegação que foi ter com as da outra fábrica (do Júlio Costa) incitando-as a não trabalhar, que na sua fábrica fariam greve, que não quisessem ser ovelhas ranhosas, etc. Sucedeu depois o contrário: uma delegação de operárias da fábrica do Júlio Costa foi ter com as do António Duarte, incitando-as no mesmo sentido.

Na ante-véspera, o fascista Júlio Costa apareceu a ameaçar que quem não fosse não receberia a adiafa (é uma festarola e uma peça de roupa que os grandes senhores da terra costumam dar sempre no fim da vindima) e que seriam despedidas todas as que faltassem: ele dizia «as que faltassem» porque estava convencido que algumas apareceriam. Estas ameaças produziram algum efeito naquelas mulheres mais débeis; mas a batalha já estava quase ganha porque a maioria estava disposta a não recuar. Na véspera à noite, sabia-se ainda haver algumas, embora muito poucas, dispostas a irem trabalhar. Era necessário impedi-lo; por isso, na altura em que, de véspera, a capataz perguntou se se trabalhava ou não, muitas mulheres responderam que não, que ninguém trabalharia, que se levantariam cedo e iriam guardar o portão, que se lá

aparecesse alguma haveria murro. De facto, no dia seguinte, nem uma só mulher compareceu ao trabalho.

0 dia 5 de Outubro

Logo pela madrugada começaram os morteiros e os foguetes; a banda saiu de manhã cedo. Os assalariados agrícolas, as operárias da passa, muitos operários e empregados — fizeram greve.

À tarde realizou-se a romagem ao cemitério, ao túmulo de José Relvas. Compareceu um número de pessoas como nunca nos tinha passado pela cabeça: já tinha acabado a cerimónia e o discurso, e ainda continuava a chegar gente. As forças repressivas compareceram com todo o seu aparato.

Verificou-se então uma deficiência, que foi não se ter sabido aproveitar as disposições populares. Em toda a gente se notava insatisfação por «não haver mais nada» além da romagem. De facto, existiam condições para se ter organizado um desfile e manifestação, a partir do «cemitério».

Algumas conclusões

É certo que nem toda esta actividade esteve isenta de deficiências; é certo que também o nosso Partido participou destacadamente na direcção e organização destas acções de massas. No entanto, apenas deste relato, é possível extrair algumas conclusões importantes.

Em primeiro lugar, ele exemplifica o papel que as mulheres podem e devem assumir na luta nacional contra a exploração e a tirania, mostra claramente as suas disposições para a luta anti-fascista e sobretudo a sua capacidade real de organização.

Em segundo lugar, verifica-se que o nosso Partido tem razão quando afirma que «a organização do movimento contra a ditadura tem de ser actuante, voltada para a acção popular e voltada para o seu próprio alargamento».

Em terceiro lugar, demonstra as possibilidades existentes de «levar até às massas a prática da organização» e que «para a condução de grandes lutas políticas é necessário, possível e decisivo, atrair à sua preparação e direcção centenas de lutadores de vanguarda». Particularmente nas posteriores manifestações e greves de protesto contra as vagas de prisões, tornou-se claro que a existência duma organização política unitária bastante numerosa e viva foi um factor decisivo na orientação e direcção das massas, mesmo quando Alparça se encontrava praticamente bloqueada pelas forças policiais; ela possibilitou uma resposta unânime e decidida às investidas da Pide, precisamente porque, sendo numerosa e viva, não só as palavras de ordem se transmitiram muito rapidamente a toda a população, como foi enérgica e pronta a execução de algumas medidas especiais (por exemplo, a criação de brigadas de alerta à chegada da Pide).